



II FIA Fórum Internacional sobre a Amazônia

Universidade de Brasília, 4 a 7 de junho de 2019

CARTA DE BRASÍLIA

O II Fórum Internacional sobre a Amazônia (II FIA), realizado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEAZ/CEAM/UnB), em Brasília, de 4 a 7 de junho de 2019, contou com a participação de estudantes, professores/as, pesquisadores/as e movimentos sociais, organizações públicas e da sociedade civil preocupadas com os destinos da região, ocorreu num momento de retrocessos e lutas nos diversos países da Amazônia Continental. O II FIA só foi possível com a parceria e apoio das unidades acadêmicas da Universidade de Brasília, de diversos movimentos sociais e de outras instituições da Amazônia brasileira e continental.

O atual governo brasileiro intensificou os processos de ataque aos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultura familiar e camponesa e assentamentos de reforma agrária, assim como aumentou o saque às suas terras, territórios e bens e riquezas naturais, por meio do desmonte do Sistema Nacional de Meio Ambiente e de todas as regulamentações que asseguram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a integridade das terras indígenas e quilombos e as políticas destinadas aos camponeses e a agricultura familiar.

Os ataques do governo atual têm contribuído para que os capitais monopolistas e financeiros aumentem seus lucros, expropriando os bens comuns em detrimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores, entre outros, que vivem e trabalham na Amazônia, e que têm importância vital para o equilíbrio ambiental na região. Também ferem os direitos humanos, impõem retrocessos às políticas públicas e sociais e disseminam e estimulam o ódio e a violência na região amazônica: na cidade, no campo e na floresta. Em especial, no campo e na floresta os conflitos agrários voltaram a crescer, ceifando vidas e ameaçando de morte aos que resistem às investidas do agronegócio, das madeireiras, das mineradoras e demais atividades vinculadas à exploração predatória dos recursos naturais da região.

No Brasil recente, os sistemas públicos de Educação e de Ciência e Tecnologia, também, estão sob ataque. O sistema público de educação que foi interiorizado e democratizado, a partir do início deste século, com a criação de novas Universidades e Institutos Federais e com a implementação de pedagogias diferenciadas, como por exemplo a da Educação do Campo, passa por um desmonte iniciado em 2016. O ensino superior que, pela primeira vez na história, expandiu instituições de ensino (científico e/ou tecnológico) aos municípios do interior, com programas de pesquisa e formação docente, ampliando o número de mestres e doutores, também começa a provocar retrocessos com a imposição da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) e com políticas sucessivas de cortes no orçamento de custeio e investimentos do Ministério da Educação.

A educação superior, baseada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, ainda é um dos principais investimentos, através do qual se espera a emergência de soluções econômicas emancipadoras, baseadas no conhecimento sobre o diferencial de recursos e bens naturais que a Amazônia Continental dispõe. Paralisar os investimentos em ciência e tecnologia nacional, abrindo a região para uma relação de subordinação, principalmente, aos Estados Unidos, de forma não transparente, além de ferir a soberania nacional sobre bens estratégicos, descarta a possibilidade de cooperação multilateral com os outros países sulamericanos e de outros continentes, que podem se somar aos esforços de desenvolvimento de economias sustentáveis que considerem as especificidades dos territórios autóctones e à diversidade biológica e sociocultural que compõem a paisagem das Amazônias brasileira e dos países vizinhos.

O II FIA se constituiu num espaço de compartilhamento de reflexões acadêmicas, de intercâmbio de informações sobre as lutas e conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais que enfrentam supostos "projetos de desenvolvimento" para manter-se em seus territórios e ter seus direitos respeitados.

O II FIA buscou, não somente refletir sobre as medidas governamentais que afetam as conquistas populares e institucionais, que fizeram do Brasil um protagonista de primeira linha nas pactuações globais sobre clima, mas também, se constituiu num espaço de afirmação de ideias que unificam os atores sociais e institucionais presentes. O II FIA conclama as forças vivas da sociedade a manterem-se unidas em torno das seguintes questões:

- Defesa intransigente das soberanias nacionais e dos princípios de autodeterminação dos povos.
- Nenhum direito a menos nas conquistas territoriais, identitárias e sociais das populações rurais e urbanas da Amazônia;
- Reconhecimento da Natureza, rica em diversidade nas Amazônias, como sujeito de direito e não objeto de exploração e expropriação;
- Defesa da Educação, Pesquisa e, em especial da Extensão e do diálogo de saberes que poderão condicionar políticas industriais voltadas à valorização da biodiversidade amazônica, com prioridade para a saúde humana como fitoterápicos, alimentos saudáveis bem como o acesso a outros bens de origem vegetais, animais e minerais;
- Defesa do Sistema de Educação pública das creches às pós-graduações, e manutenção dos programas científicos e tecnológicos desenvolvidos pela rede de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES e INCTs) e de Institutos Federais nos estados da Amazônia Brasileira, inclusive aumentando os programas de cooperação e intercâmbio em nível Pan-amazônico;
- Manutenção do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e dos apoios aos estudantes indígenas, com vistas a permanência destes nas Universidades públicas;
- Investimentos na Economia Cultural e nas diversas modalidades de turismo que tenha em conta a dinâmica própria dos povos e comunidades locais, internalizem renda, promovam e integrem a região aos países da Amazônia continental pelos seus bens culturais;
- Garantia da integridade das Terras Indígenas e manutenção das condições para que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) continue os processos de reconhecimento e demarcação;
- Preservação e aprimoramento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação brasileiros, assim como a manutenção dos colegiados de decisão paritários que compõem tais sistemas;
- Manutenção e aperfeiçoamento das políticas de reforma agrária diferenciadas para a Amazônia, de regularização fundiária para os pequenos agricultores e assentados, bem como dos programas sociais que subsidiem sua organização e emancipação econômica, assegurando o direito à terra, à assistência técnica pública e infraestrutura para viverem, comercializarem sua produção e se firmarem em seus territórios;
- Manutenção e aprimoramento do sistema de licenciamento ambiental e dos instrumentos de avaliação ambiental dos projetos que causam impactos ambientais e sociais;
- Retomada das políticas públicas de caráter socioambiental, agroecológicos e de empoderamento socioeconômico dos territórios coletivos e da produção familiar rural e similares;
- Garantia do direito à consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas, quilombolas e todas as demais comunidades tradicionais antes do licenciamento de qualquer projeto que os impacte ou interfira na dinâmica de seus territórios;
- Manutenção do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia e dos territórios protegidos como referência para a tomada de decisão sobre o uso da terra na Amazônia Brasileira;
- Estímulo a redes de organização e de ativismo que difundam iniciativas sustentáveis e de afirmação de territorialidades identificadas com um novo esperança.
- Promoção de ampla discussão pública sobre o futuro da política de financiamento do desenvolvimento da região, assim como o papel das Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).
- Promoção da cooperação entre as Universidades públicas amazônicas, principalmente as transfronteiriças, ou interessadas na Amazônia para a defesa da diversidade biológica e sociocultural, dos direitos humanos, ambientais e territoriais dos povos da Amazônia, procurando a revitalização e o fortalecimento das organizações universitárias e de pesquisa como a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ).
- Submissão, aos fóruns e tribunais internacionais, das violações de direitos humanos e socioambientais, bem como os descumprimentos dos acordos e tratados aderidos pelos países da região amazônica.

Que a resistência dos povos amazônicos siga encantando nossas perspectivas de valorização da vida. Esta disputa deve ganhar a consciência da sociedade, e as ruas são um espaço privilegiado para obter o seu apoio contra o modelo autoritário, destruidor de culturas, de sociedades e da natureza, em defesa da Amazônia, de direitos e pela soberania nacional.

Brasília, 7 de Junho de 2019.